ERRATA DE PUBLICAÇÕES

LEI Nº 2.000, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.000, de 02 de setembro de 2024, publicada em 02/09/2024, autopublicação nº 6390111, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.000, enquanto deveria ser o número 1.100.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.000, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.100, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.001, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.001, de 02 de setembro de 2024, publicada em 02/09/2024, autopublicação nº 6390119, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.001, enquanto deveria ser o número 1.101.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.001, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.101, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.002, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.002, de 02 de setembro de 2024, publicada em 02/09/2024, autopublicação nº 6390122, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não

seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.002, enquanto deveria ser o número 1.102.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.002, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.102, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.003, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.003, de 02 de setembro de 2024, publicada em 02/09/2024, autopublicação nº 6390125, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.003, enquanto deveria ser o número 1.103.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.003, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.103, DE 02 DE SETEMBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.004, DE 21 DE OUTUBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.004, de 21 de outubro de 2024, publicada em 21/10/2024, autopublicação nº 6535798, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.004, enquanto deveria ser o número 1.104.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.004, DE 21 DE OUTUBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.104, DE 21 DE OUTUBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.005, DE 21 DE OUTUBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.005, de 21 de outubro de 2024, publicada em 21/10/2024, autopublicação nº 6536126, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.005, enquanto deveria ser o número 1.105.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.005, DE 21 DE OUTUBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.105, DE 21 DE OUTUBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.006, DE 29 DE OUTUBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.006, de 29 de outubro de 2024, publicada em 29/10/2024, autopublicação nº 6563867, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.006, enquanto deveria ser o número 1.106.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.006, DE 29 DE OUTUBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.106, DE 29 DE OUTUBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.007, DE 31 DE OUTUBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.007, de 31 de outubro de 2024, publicada em 31/10/2024, autopublicação nº 6572776, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não

seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.007, enquanto deveria ser o número 1.107.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.007, DE 31 DE OUTUBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.107, DE 31 DE OUTUBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.008, DE 31 DE OUTUBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.008, de 31 de outubro de 2024, publicada em 31/10/2024, autopublicação nº 6572821, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.008, enquanto deveria ser o número 1.108.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.008, DE 31 DE OUTUBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.108, DE 31 DE OUTUBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.009, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.009, de 12 de novembro de 2024, publicada em 12/11/2024, autopublicação nº 6611971, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.009, enquanto deveria ser o número 1.109.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.009, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.109, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.010, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.010, de 12 de novembro de 2024, publicada em 12/11/2024, autopublicação nº 6611983, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.010, enquanto deveria ser o número 1.110.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.010, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.110, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.011, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.011, de 12 de novembro de 2024, publicada em 12/11/2024, autopublicação nº 6611991, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.011, enquanto deveria ser o número 1.111.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.011, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.111, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

LEI Nº 2.012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024

A numeração da Lei nº 2.012, de 22 de novembro de 2024, publicada em 22/11/2024, autopublicação nº 6635632, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, não

seguiu com a numeração "correta e de sequência" das Leis do Município de Cunhataí, constando equivocadamente o número 2.012, enquanto deveria ser o número 1.112.

Portanto, retifica-se a referida Lei nos seguintes termos:

Onde se lê: "LEI Nº 2.012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024"
Leia-se: "**LEI Nº 1.112, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024**"

Diante do exposto, serve a presente para republicação, em anexo, do texto legal com a supracitada correção, sem prejuízo do conteúdo e vigência.

Cunhataí, Santa Catarina em 17 de dezembro de 2024.

LUCIANO FRANZ
Prefeito

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

LEI Nº 1.107, DE 31 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2025 e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ**, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições, conforme o inciso III, do art. 77 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores de Cunhataí aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2025 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - As metas e riscos fiscais;

II - As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2022/2025;

III - A estrutura dos orçamentos;

IV - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - As disposições sobre dívida pública municipal;

VI - As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - As disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - E as disposições gerais.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Com referência as Metas Fiscais para o ano de 2025 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I - Demonstrativo de Metas Anuais;

II - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2023;

III - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
VII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
VIII - Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
IX - Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
X - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
XI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
XII - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
XIII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
XIV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para obras em andamento e Conservação do Patrimônio Público;

III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2025

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2025 são aquelas definidas e demonstradas de que trata o artigo 2° desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2025, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo XIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:
I - **Programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
II - **Ação**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
III - **Atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV - **Projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - **Operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - **Unidade orçamentária**, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - **Receita ordinária**, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - **Execução física**, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - **Execução orçamentária**, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - **Execução financeira**, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§ 2° A categoria de programação que trata o artigo 167 VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2025 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2025 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Orçamentos Fiscais (F) e de Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, subfunção

programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Portaria Conjunta STN/COG nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta STN/COG nº 02, de 13 de julho de 2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRf (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, §5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2024. (Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2025 (Art. 4º, §1º e 9º da LRF);

§ 1° Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2° O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e alterações posteriores, admitido à transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/Modalidade de Aplicação/fonte de recursos para outro, dentro de cada órgão, projeto/atividade ou operações especiais e poderá ser feito por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF).

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 Os Orçamentos para o exercício de 2025 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos (Art. 1º, §1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Centrais, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1° Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.

§ 2° A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2025 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual de variação das transferências constitucionais, observando especialmente o comportamento de 2023 (Art. 12 da LRF).

Art. 13 Se a receita estimada para 2025, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (Art. 9° da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 A compensação de que trata o artigo 17, §2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo VII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, §2º da LRF).

Art. 16 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo XIV desta Lei (Art. 4°, §3° da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2024.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 Os orçamentos para o exercício de 2025 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, com valor de até 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5°, Portaria STN n° 163/2001, art. 8° e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo XIV (Art. 5°, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2025, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, §5º da LRF).

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (Art. 8º, 9° e 13 da LRF).

Art. 20 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2025 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (Art. 8°, parágrafo único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, §3° da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8°, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC n° 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo (Art. 8°, parágrafo único e 50, I da LRF).

§ 3º Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2025, constantes do Anexo VII desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4°, §2°, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica (Art. 4°, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, e alterações posteriores, do Tribunal de Conta de Santa Catarina e na forma do art. 70, Parágrafo único da CF, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º A transferência de recurso, em forma de termo de ajuste, sempre que for o caso, deverá atender a Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo único. Os consórcios públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar conta com base na Instrução Normativa STN 72, de 01 de fevereiro de 2012 e normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2025, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados no Anexo XV desta Lei (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2025 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN n° 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167 VI da CF).

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2025, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2024 e constantes desta Lei (Art. 167, I da CF).

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros (Art. 4°, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados por meio de das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (Art. 4°, I, "e" da LRF).

Art. 31 Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2025, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (Art. 4°, I, "e" e 9°, §4° da LRF).

Art. 32 Para fins do disposto no artigo 165, §8° da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 A Lei Orçamentária de 2025 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica (Art. 32, I da LRF).

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 14 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta Lei (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2025, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou

aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigo 169, §1°, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei do orçamento para 2025 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20 da LRF).

I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - Eliminação das despesas com horas extras;

III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, §1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Cunhataí, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de

classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (Art. 14 da LRF).

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 42 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (Art. 14, § 2º da LRF).

IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2024.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "*caput*" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2025, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária aprovada em 2023 para o exercício de 2024.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2025.

Art. 47 O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 48 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Cunhataí, em 31 de outubro de 2024.

LUCIANO FRANZ
Prefeito

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.